

DÉCIO LUIZ JOSÉ RODRIGUES

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – Turma de 1988;

DESEMBARGADOR do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

JUIZ DE DIREITO desde 1989;

Experiência ministrando aulas (MAIS DE TRINTA ANOS DE EXPERIÊNCIA):

PROFESSOR da Egrégia Escola Paulista da Magistratura

PROFESSOR de curso preparatório de ingresso às carreiras jurídicas (Magistratura, Ministério Público e Procuradoria do Estado) e para ingresso na Ordem dos Advogados do Brasil.

Autor de mais de 30 livros jurídicos

MANUAL DA PROPAGANDA ELEITORAL

2020



SÚMÁRIO

Da propaganda em geral	15
Propaganda eleitoral (antecipada) dissimulada, promoção pessoal e prestação de contas de mandato do parlamentar	27
Propaganda eleitoral em bens públicos e particulares.....	31
Propaganda eleitoral mediante outdoors	39
Da propaganda eleitoral na imprensa	42
Da propaganda gratuita no rádio e na televisão	54
Propaganda pela internet	66
Resumo das sanções cabíveis na propaganda irregular	70
Direito de resposta	71
Das pesquisas e testes pré-eleitorais	76
Enquetes	79
Propaganda eleitoral nas vias públicas.....	79
Propaganda eleitoral mediante adesivos	79
Propaganda eleitoral em veículos, particulares e públicos, e em táxis e ônibus	79

Propaganda eleitoral envolvendo a circulação de carros de som e minitrios	80
Propaganda eleitoral: comício e utilização de aparelhagem de som	81
Ofensas pela internet	81
Manifestação nas redes sociais (inciso v do art. 36-a da lei das eleições).....	82
Propaganda eleitoral gratuita: distribuição do tempo de rádio e televisão (alteração pela lei n.º 12.875, de 30.10.2013)	82
Data de início da propaganda eleitoral.....	82
Tamanho do nome do vice ou do suplente a cargo majoritário.....	91
O que pode conter, lícitamente, na propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto	91
Propaganda eleitoral nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum.....	92
Propaganda eleitoral em bens particulares	93
Definição de carro de som.....	93
Vedação às emissoras de rádio e televisão quanto à sua programação no ano das eleições	93
Debates	95
Aprovação das regras dos debates.....	95
Propaganda eleitoral gratuita e inserções no rádio e na televisão....	95
Programas e inserções de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação	100
Propaganda eleitoral partidária	100
Plano de mídia.....	102
Direito de resposta quanto a conteúdo ofensivo na internet	102

Inexistência de solidariedade de responsabilidade do partido político juntamente com o candidato quanto às sanções aplicadas pelo descumprimento das regras da lei permanente das eleições (lei 9.504/97)	103
Contratação de pessoal para trabalhar nas campanhas eleitorais	104
Cláusula de barreira (ou de desempenho).....	105
Início de vigência da cláusula de barreira e sua transição.....	108
Tempo de existência do partido político para concorrer às eleições ..	110
Tempo de domicílio eleitoral no local em que queira concorrer às eleições	110
Multas eleitorais.....	110
Candidaturas avulsas proibidas	111
Criação do fundo especial de financiamento de campanha (FEFC) previsto dos artigos 16-C e 16D – lei 9504/97	111
Limites de gastos com campanhas	114
“Vaquinha” (crowdfunding- financiamento coletivo) na internet para arrecadar valores para a campanha eleitoral	116
Recursos para a campanha eleitoral arrecadados pela venda de bens, serviços e/ou eventos pagos realizados pelo candidato ou pelo partido político	117
Doações de valores para campanhas eleitorais.....	118
Limites das doações e multa por excesso.....	118
Gastos eleitorais desconsiderados para fins de prestação de contas.....	119
Campanha eleitoral paga na internet por meio de “impulsioneamento de conteúdos”	119
Propaganda eleitoral em bens públicos e particulares e por meio de bandeiras nas ruas e avenidas e adesivos plásticos em automóveis, caminhões, bicicletas, motocicletas e janelas residenciais, desde que não exceda a 0,5 m ² (meio metro quadrado).....	122

Propaganda por meio de carros de som e minitrios.....	123
Debates: convite para participação em debates no rádio e na tv.....	124
Tempo de propaganda eleitoral gratuita no segundo turno e das inserções diárias	124
Propaganda institucional pelo tribunal superior eleitoral incentivando a participação dos jovens e negros na política	125
Recebimento de auxílio financeiro	125
Fundações ou institutos de direito privado para estudo, pesquisa, doutrinação e educação política criados por partidos políticos.....	126
Propaganda partidária gratuita no rádio e na tv passa a não mais existir	127
Sobras (vagas não preenchidas) com a aplicação dos quocientes partidários	128
Crime eleitoral novo: apropriação indébita de recursos ou valores eleitorais.....	129
Das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral.....	140
REFORMA ELEITORAL DE 2019/2020	140
Lei nº 13.877, de 27 de setembro de 2019 e com a promulgação das partes vetadas aos 13 de dezembro de 2019	140
Alterações/Inovações na Lei Orgânica dos Partidos Políticos – Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995	140
1 – Registro de partido político.....	140
2 – Registro de atas e demais documentos	140
3 – Filiação partidária	140
4 – Informação sobre os filiados.....	141
5 – Mudança de partido político	141
6 – Balanço contábil do exercício findo	141
7 – Prestação de contas do partido político	141

8 – Desaprovação das contas e sanção amenizada.....	142
9 – Gastos com passagens aéreas.....	142
10 - Doação de recursos financeiros.....	143
11 – Fundo Partidário	143
12–Vigência da reforma quanto aos processos de prestação de contas e de criação dos órgãos partidários em andamento.....	145
 LEI PERMANENTE DAS ELEIÇÕES – Lei 9.504, de 30/09/1997	146
1 – Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).....	146
2 – Renúncia ao FEFC	146
3-Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e cláusula de barreira	146
4 – Despesas contabilizadas.....	147
5 – Despesas não contabilizadas.....	148
6 – Registros dos valores oriundos de doações.....	149
7 – Aplicação das normas desta Reforma Eleitoral aos processos de prestação de contas dos partidos.....	149
 ALTERAÇÃO DO CÓDIGO ELEITORAL - Lei nº 4.737, de 15/07/65	149
1 – Recurso contra expedição de diploma	150
2 - Inelegibilidade superveniente.....	150
3 – Prazo para interposição do recurso contra expedição de diploma e suspensão do seu prazo	150
 MODELOS DE PETIÇÕES	151
 Modelo geral inicial para o Advogado do Candidato, Partido ou Coligação	153
Resposta à Arpi (<i>Ação de Reclamação por Propaganda Irregular</i>) ...	159

Modelo de parecer em Arpi (Ação de Reclamação por Propaganda Irregular) ofertado pelo representante do ministério público.....	154
Modelo de contestação de Arpi (Ação de Reclamação por Propaganda Irregular).....	172
Parecer ofertado pelo Ministério Público Eleitoral. Assunto: participação de outrem na propaganda dos adversários.....	182
Modelo de notificação eleitoral elaborado pelo Ministério Público Eleitoral.....	187
Modelo de parecer elaborado pelo Ministério Público Eleitoral. Propaganda irregular – Procedência.....	189
Inicial de Arpi (Ação de Reclamação por Propaganda Irregular). Propaganda antecipada.....	199
Inicial de Arpi (Ação de Reclamação por Propaganda Irregular). Propaganda antecipada em instagram, facebook e twitter.....	205
ARPI: Facebook patrocinado.....	214
Parecer sobre propaganda despolitizada.....	226
Modelo de Arpi (Ação de Reclamação por Propaganda Irregular). Assunto: inicial propaganda antecipada em jornal.....	235
Parecer em Arpi (Ação de Reclamação por Propaganda Irregular). Assunto: propaganda irregular – Improcedência – Falta de degravação.....	242
Modelo de Arpi (Ação de Reclamação por Propaganda Irregular). Inicial propaganda antecipada em litisconsórcio facultativo.....	249
Modelo de Arpi (Ação de Reclamação por Propaganda Irregular). Propaganda Antecipada Subliminar.....	259
Modelo de notificação para retirada de propaganda extemporânea subliminar ou invisível.....	269
Modelo de inicial de Arpi (Ação de Reclamação por Propaganda Irregular). Assunto: propaganda antecipada em Blog....	272

Modelo de inicial de Arpi (Ação de Reclamação por Propaganda Irregular). Assunto: propaganda antecipada no facebook...	277
Modelo de Arpi (Ação de Reclamação por Propaganda Irregular) inicial PROPAGANDA DE APOPLEXIA	284
Recomendação eleitoral para observância dos preceitos legais da propaganda lícita.....	291
Modelo de sentenças de Arpi	296